

A (DES)VALORIZAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: EM DISCUSSÃO AS AÇÕES DO GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF

LORENA DA SILVA GASPAROTTO

MARIA EUNICE FRANCA VOLSI

RESUMO

A valorização do professor no Brasil é um tema amplo que perpassa vários aspectos tendo por base as políticas públicas e a legislação, mas que inclui muitas outras variáveis. Propõe-se nesse artigo, analisar a (des)valorização do professor de educação básica no Brasil, tendo como foco a análise das políticas públicas destinadas a valorização de professores no governo Dilma Rousseff de 2011 a 2016. Por meio do estudo da legislação pertinente e com uso da metodologia qualitativa aliada a uma pesquisa bibliográfica, faz uma análise histórica das políticas para valorização de professores no Brasil, buscando compreendê-las no contexto sócio-político e econômico no qual foram produzidas, ademais, analisa a legislação que trata do tema com intuito de identificar os fatores que influenciaram na precarização do trabalho docente. Assim, apesar de haver uma lista extensa de legislações que tratam da valorização do professor, na prática a realidade ainda se mantém distante dos textos de lei. Isso ocorre devido a uma série de fatores, mas a descontinuidade das políticas públicas e a mudança dos paradigmas políticos, afetam demasiadamente esse processo. Todavia, a luta pela valorização reflete a falta de compromisso e de importância que o governo destina à educação. A lei por si não garante direitos se a mesma não vier acompanhada de procedimentos que os efetivem, e o que ocorre nas políticas voltadas para a valorização no Brasil são lacunas deixadas pela própria lei, que demandam sempre de mecanismos específicos para que se sejam cumpridas. Dessa forma, ao ignorar a valorização do professor, ocorre a negligência para com a educação de modo geral.

Palavras-chave: Carreira Docente. Profissionais da educação. Políticas educacionais.

ABSTRACT

The valorization of the teacher in Brazil is a broad theme that goes through several aspects based on public policies and the legislation, however, covers many other variables. This article proposes to analyze the devaluation of the basic education teacher in Brazil, aiming at the appreciation of public policies focused on the valorization of teachers in the Dilma Rousseff government, between 2011 and 2016. Through the study of the pertinent legislation and with employment the qualitative methodology combined with a bibliographic research, makes a historical analysis of the policies for valuing teachers in Brazil, in order to understand it in the socio-political and economic context in which they were developed, in addition, it analyzes the legislation that addresses the subject in order to identify the factors that influenced the precariousness of teaching tasks. However, although there is a wide list of laws that deal with the valorization of the teacher, in practice the reality still remains distant from what the laws determine. This is due to several factors, but the discontinuity of public policies and the change in political paradigms, greatly affect this process. However, the struggle for valorization highlights the lack of commitment and relevance that the government allocates to education. The law itself does not guarantee rights if it is not accompanied by guidelines that guarantee them, and what happens in policies aimed at valorization in Brazil are gaps existing by the law, and that always raise specific mechanisms to guarantee their compliance. Thus, when the valuation of the teacher is not considered, there is a negligence regarding education as a whole.

Keywords: Teaching Career. Education professionals. Educational policies.

1 INTRODUÇÃO

Muitos são os temas que contemplam as discussões sobre as políticas educacionais no Brasil. A presente pesquisa tem como tema as políticas de valorização de professores no Brasil. A formação e valorização de professores é uma área que recebe especial atenção no conjunto de pesquisas em educação, pois se considera de fundamental importância a participação do docente no processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, na qualidade da educação. O tema proposto aborda ainda a situação dos professores na sociedade atual, sua formação, valorização e/ou desvalorização e o conjunto de políticas desenvolvidas que apresentam como objetivo promover o sucesso desta profissão.

Esta se justifica pela necessidade em conhecer sobre as políticas atuais para valorização de professores no Brasil, pois o mesmo está inserido em um contexto no qual, muito se exige desse profissional e pouco se valoriza. Considera-se relevante compreender a formação e carreira dos professores, para entender a situação de desvalorização a que estão submetidos atualmente, destacando também, a importância de se conhecer a trajetória histórica da profissão de professor, as lutas, as conquistas de direitos e também deveres que precisam estar no horizonte e na formação desse profissional.

O desenvolvimento profissional do professor é um fator que impacta as práticas de ensino, no rendimento dos alunos e em suas próprias atitudes. O ponto inicial desta pesquisa surge em resposta da questão norteadora para o estudo, isto é, as políticas desenvolvidas no Brasil destinadas a valorização do professor, de fato estão valorizando a carreira docente?

O presente artigo tem como objetivo geral, investigar as políticas públicas destinadas a valorização de professores no governo Dilma Rousseff, a fim de questionar se houve ou não valorização de professores neste período histórico. Para tanto, tem como objetivos específicos: Apresentar um breve histórico das políticas para valorização de professores no Brasil; Conceituar o termo valorização de professores a partir de documentos, leis e literatura da área; Compreender o contexto sócio-político e econômico do período histórico de 2011 a 2016 e investigar a legislação aprovada que trata da valorização de professores; e analisar os fatores culturais, sociais, políticos e econômicos que influenciaram na precarização do trabalho docente.

A metodologia teve uma revisão qualitativa com base em leituras bibliográficas, embasando-se na ciência da história, por compreender que a tradição fornece um horizonte de compreensão, um norte para a ação no presente. Assim, utiliza autores como: Augusto (2015); Carissimi e Trojan (2011); Dourado (2016); Brito *et al.* (2017); Gatti (2010; 2011); Silva (2015); Volsi (2016), pois suas pesquisas apresentam análises dessas políticas à luz da história, das lutas, das contradições inerentes ao processo de produção da vida material. Buscam identificar as reais condições da (des)valorização de professores, a partir da compreensão da realidade concreta que a determina.

Dessa forma, para uma maior elucidação, este trabalho está subdividido em tópicos, num momento inicial trata da desvalorização do professor de forma abrangente, logo após busca promover uma conceituação da valorização do professor, em seguida trata do histórico das políticas de valorização da carreira docente, fazendo um levantamento de legislações acerca do tema. No tópico seguinte chega ao cerne da questão ao abordar as políticas de valorização do professor no governo Dilma Rousseff, fazendo um recorte histórico para uma análise mais detalhada e por fim, aborda ainda de forma concisa o contexto histórico da desvalorização do professor no Brasil.

2 A (DES) VALORIZAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

O ato de ensinar e aprender faz parte da natureza humana, e o processo de formação do cidadão ocorre desde o nascimento, através de ações contínuas que afetam a forma como a sociedade está organizada. Nesse contexto, o profissional da educação ocupa lugar central, se responsabilizando pela formação dos que chegam até a escola em busca de conhecimento. (GATTI *et al.* 2019).

Historicamente, no ato de ensinar, que envolve transmissão de saberes, o professor tinha apenas de saber o conteúdo a ser ensinado. Nesse sentido, este ensino também que derivava do ato de observar mestres mais experientes, nada além disso. De acordo com Scheibe (2008), a mudança começou quando a educação passou a ser entendida como função pública, tornando-se então um problema nacional e governamental. A identidade do professor se torna alvo pelo

seu potencial na produção da moral, indispensável para a formulação dos objetivos econômicos, sociais e culturais da sociedade.

A questão da formação de professores se torna um problema social na medida de sua relevância e por conta do trato incerto que tem merecido mediante políticas descontinuadas e pela pouca discussão social relativa a seu valor social concreto na contemporaneidade, bem como sobre os fundamentos dessa formação e das práticas a ela associadas. (GATTI *et al.* 2019, p. 11)

Estudos como os de Gatti (2010), dentre outros, têm apontado problemas recorrentes da formação e valorização de professores e também contribuído para o enriquecimento e compreensão da trajetória dos cursos de formação ao longo das décadas, constatando assim a importância do enfrentamento desta atual questão. Desta forma, é previsto que o insucesso escolar seja considerado responsabilidade do trabalho desenvolvido pelos professores.

Todo trabalhador precisa de condições dignas e favoráveis para a execução e sucesso de sua profissão, e com o professor não é diferente. Garantir as condições objetivas de trabalho para os que estão em exercício na escola e em toda a área educacional, tornando a profissão atrativa e de qualidade, é responsabilidade do Estado. De acordo com a Constituição Federal de 1988 (artigo 206, V) temos como princípio para a organização do ensino a “valorização dos profissionais da educação escolar” (BRASIL, 1988). É a primeira vez que um texto constitucional contempla a valorização de professores como princípio.

Os professores têm sido responsabilizados pelo fracasso escolar e pela melhoria da qualidade da educação, mas como salienta Gatti (2010), não pode recair sobre esses profissionais, a responsabilidade pelas múltiplas condições que levam ao baixo desempenho dos sistemas de ensino no país.

Deve ser claro para todos que essa preocupação não quer dizer reputar apenas ao professor e à sua formação a responsabilidade sobre o desempenho atual das redes de ensino. Múltiplos fatores convergem para isso: as políticas educacionais postas em ação, o financiamento da educação básica, aspectos das culturas nacional, regionais e locais, hábitos estruturados, a naturalização em nossa sociedade da situação crítica das aprendizagens efetivas de amplas camadas populares, as formas de estrutura e gestão das escolas, formação dos gestores, as condições sociais e de escolarização de pais e mães de alunos das camadas populacionais menos favorecidas (os “sem voz”) e, também, a condição do professorado: sua formação inicial e continuada, os planos de carreira e salário dos

docentes da educação básica, as condições de trabalho nas escolas (GATTI, 2010, p.1359).

É importante e necessário compreender os aspectos históricos de qualquer assunto, para o entendimento da realidade assim, busca-se compreender historicamente, a valorização de professores no Brasil, de modo específico, no período de 2011 a 2016. Cabe então uma análise acerca da situação dos professores na sociedade atual, sua formação, valorização e/ou desvalorização e o conjunto de políticas desenvolvidas que apresentam como objetivo promover o sucesso desta profissão.

2.1 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR NO BRASIL

A luta pela valorização do profissional de educação no Brasil é histórica, e nessa ação, é necessário considerar o conjunto de fatores associados ao processo em que se instituiu tal desvalorização a ser combatida. Dessa forma, “para reverter a situação, as políticas de valorização não podem dissociar formação, salários justos, carreira e desenvolvimento profissional, que devem integrar um subsistema nacional de formação e valorização profissional”. (CONAE, 2014, p. 87). De acordo com Carissimi e Trojan (2011), perspectivas de melhoria da qualidade o ensino está articulado com a valorização do professor, o que se traduz em condições específicas de formação, remuneração e trabalho dos professores.

A legislação nacional sobre educação define os pilares da política de valorização do professor. Assim, a valorização do profissional de educação no Brasil é estabelecida pela Constituição Federal de 1988, no artigo 206, inciso V, ao afirmar que são direitos que a “valorização dos profissionais da educação escolar, [...] garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas”. (BRASIL, 1988)

De acordo com Brito *et al* (2017), a Constituição Federal de 1988 aborda questões políticas importantes para o sistema educacional brasileiro, com propostas de acesso e permanência à educação básica e valorização dos profissionais em educação. Todavia, a regulamentação depende da legislação complementar,

disseminando-se assim aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios a responsabilidade pela execução dos planos de carreiras e salários. (SOUZA, 2011).

A valorização do profissional de educação continua a ser debatida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB de 1996, Artigo 67, fornecendo planos de carreira, admissão apenas por concurso público, licenças de desenvolvimento profissional contínuo, piso salarial, promoção funcional com base em titulação ou habilitações, avaliação de desempenho, hora-atividade e condições de trabalho adequadas. (BRASIL 1996a).

Outra legislação relevante em defesa da valorização do professor, foi o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), criado por meio da Emenda Constitucional nº 14 de setembro de 1996 e regulamentado pela Lei nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996 e pelo Decreto nº 2.264 de junho de 1997. (BRITO *et al*, 2017).

O FUNDEF era responsável por devolver aos estados e municípios parte dos tributos estaduais e municipais com base no número de alunos matriculados em suas redes de ensino, sendo responsável pela redistribuição de recursos para a educação. O FUNDEF aborda ainda a valorização do professor no artigo 9º da referida lei, que estabelece que “I - a remuneração condigna dos professores do ensino fundamental público, em efetivo exercício no magistério; II - o estímulo ao trabalho em sala de aula e III – a melhoria da qualidade do ensino” (BRASIL, 1996b).

Contudo a valorização do professor continua a ser objeto de legislação que busca a efetividade de seus dispositivos legais, uma vez que, na prática, a valorização desses profissionais ainda não tinha eficácia necessária. Assim, em 2001 foi aprovada a Lei 10.172/2001, instituindo o Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2010. Com o objetivo de alcançar a qualidade do ensino através da valorização do magistério, a referida lei possui objetivos e prioridades específicas no tocante à valorização do professor, e estabelece que:

[...] Particular atenção deverá ser dada à formação inicial e continuada, em especial dos professores. Faz parte dessa valorização a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas o tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério. (BRASIL, 2001).

No ano de 2006, o FUNDEF foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

Educação (FUNDEB), que foi criado a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e pela Medida Provisória nº339 de 28 de dezembro de 2006, estabelecendo um novo padrão de distribuição de recursos públicos na área de educação.

Em termos de valorização de professores, o FUNDEB avançou ao permitir que profissionais da educação básica participassem da alocação dos recursos do fundo, sendo alocados pelo menos 60% da remuneração dos profissionais do magistério e da formação continuada, além de fixar prazo para a formulação de leis específicas sobre o piso salarial profissional. (BRASIL, 2007).

A lei que regulamenta o piso salarial nacional dos profissionais de educação, a Lei Nº 11.738 foi aprovada em 2008, e estabelece que o piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o salário inicial das Carreiras do ensino público de educação básica, e uma jornada máxima de 40 horas semanais. (BRASIL, 2008).

A valorização do professor também foi um tema importante da CONAE/2014, de acordo com Brito *et al* (2017. p.6), “o documento final define que a política de valorização dos profissionais da educação engloba, de maneira articulada, a formação inicial e continuada, carreira, salários, além das condições de trabalho”. De acordo com o documento final da CONAE/2014:

A valorização profissional e, sobretudo, a política de formação inicial e continuada deve se efetivar a partir de uma concepção político-pedagógica ampla, que assegure a articulação teoria e prática, a pesquisa e a extensão, devendo garantir, ainda, ao profissional o afastamento de suas atividades para formação, sem prejuízo de seus vencimentos e da carreira, em instituições que possuam reconhecimento no MEC e que sejam comprometidas com a educação de qualidade. (CONAE, 2014, p.88).

Em 2014 foi aprovado o atual Plano Nacional de Educação, a Lei Ordinária nº 13.005/2014 com vigência de 10 anos e trazendo em suas diretrizes a valorização dos profissionais de educação. De acordo com Brito *et al* (2017), legado da CONAE/2014, o PNE (Lei 13.005/2014), composto por 20 objetivos e 254 estratégias, é o principal articulador dessas políticas educacionais no país e representa as conquistas dos movimentos sociais e da sociedade civil na busca por uma educação de qualidade.

Dentre as metas previstas no PNE vigente, destacam-se as metas 15, 16, 17 e 18 como iniciativas para valorização profissional na Educação Básica. O PNE atual é um marco regulatório que reafirma em suas diretrizes o respeito e a valorização da diversidade como questões intrínsecas à formação dos profissionais da educação, bem como legitima a necessidade de articulação entre as instituições de educação superior, os sistemas de ensino, suas instituições e profissionais. (BRITO *et al*, 2017. p.6).

De acordo com Augusto (2015), as ações que possibilitam a valorização dos professores da educação básica estão, de fato, contempladas no PNE (BRASIL, 2014), embora essa inclusão não garanta o seu cumprimento. Como salienta Azevedo (2014, p. 274):

[...] o II PNE constitui hoje um dos principais instrumentos das políticas educativas brasileiras para a década iniciada em 2014. Em obediência ao que passou a prescrever a Constituição, por meio de suas diretrizes, metas e estratégias, confere centralidade à busca da qualidade da educação socialmente referenciada. Portanto, a qualidade, mais uma vez, é um alvo que se projeta atingir nos próximos anos.

Diante disso, cabe destacar que após a aprovação do PNE (2014/2024), algumas legislações foram instituídas, a exemplo da Resolução CNE/CP nº 2, de 2015 (BRASIL, 2015) que estabeleceu as diretrizes nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do Magistério da Educação Básica e o Decreto nº 8.752/2016 (BRASIL, 2016) que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

Em 2019, a Resolução CNE/CP n.2/2015 foi revogada pela Resolução CNE/CP n.02/2019. Esta estabeleceu diretrizes curriculares nacionais apenas para a formação inicial e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). A formação continuada recebeu diretriz curricular nacional específica, por meio da Resolução CNE/CP n. 01/2020 que também institui a Base Nacional Comum para Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

Posteriormente, retomando a temática da valorização do professor e do profissional de educação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) atual e vigente foi instituído pela Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, e

regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. A lei estabelece que os fundos se destinam à manutenção e desenvolvimento do ensino primário universal e à valorização dos trabalhadores da educação, incluindo a sua remuneração digna, de acordo com as disposições desta Lei. (BRASIL, 2020).

Todavia, apesar do extenso histórico de políticas e legislações que reverberam acerca da valorização do professor, embora expressem avanços, ainda não se mostram capazes de suprir a valorização devida aos profissionais da educação, nem tornar a carreira da docência atrativa para novos profissionais que se deparam com incertezas e pouca aplicação da legislação vigente no país. Embora seja necessário, não é suficiente estar escrito na lei, pois isso não garante a mudança da precariedade das condições profissionais do magistério da educação básica no país. Isso seria apenas o passo inicial, denotando que os legisladores das políticas que dedicam atenção para a educação pública do país.

2.2 CONCEITUAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR

Uma análise de valorização revela um problema significativo no tocante a força de trabalho. Torna-se relevante, portanto, uma apreciação acerca do conceito de valorização profissional. De acordo com Heller (2008), valor é a categoria da sociedade ontológica. Portanto, é objetivo, mas não tem objetividade natural (apenas pressupostos ou condições naturais), mas objetividade social. É independente da avaliação individual, mas não independente da atividade do homem, pois é expressão e resultado de relações e situações sociais.

O conceito de valor é naturalmente orientado para objetivos específicos que a sociedade impõe como condições do sistema e da realidade social. Segundo Heller (2008, p.14), "O decurso da história é o processo de construção dos valores, ou da degenerescência e ocaso desses ou daquele valor". Dessa forma, a valorização dos professores inclui questões sobre ocupação, condições de trabalho, salários e treinamento, e a vida pessoal e coletiva de cada profissional. Nesse sentido, Soares esclarece que o professor é visto de forma:

[...] pragmática, praticista, calcada de modo simplista na prática imediata. Esta compreensão reduz a possibilidade de conhecimento

do professor ao nível do empírico e este conhecimento passa a ter como única finalidade o atendimento as demandas do dia-a-dia, respostas aos problemas manifestos no “chão da escola”. Trata-se, portanto, da valorização de um conhecimento de corte instrumentalista, manipulador do tópico, da imediaticidade. (SOARES, 2008, p.193).

No Brasil, a valorização profissional do docente é proposta pela Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988) e ratificada pela LDB, Lei nº 9394/1996 (BRASIL, 1996a). No entanto, as mudanças no mundo do trabalho e as reformas na educação nas últimas duas décadas estabeleceram os limites para esse reconhecimento. (CARISSIMI; TROJAN, 2011). A LDB adota como regra a valorização do trabalhador da educação (no art. 3, item VII), e especifica esse conceito no art. 67:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I - Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II - Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III - piso salarial profissional;
- IV - Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V - Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI - Condições adequadas de trabalho.

Uma das metas do Plano Nacional de Professores da Educação Básica - PARFOR é a valorização da profissão docente, onde o governo entende que um dos principais objetivos da promoção da valorização do professor é o engajamento por meio de ações de formação inicial e continuada para esses profissionais (BRASIL, 2009).

Augusto (2015), ao fazer referência ao texto da Conae realizada no ano de 2014, destaca que a valorização dos profissionais da Educação Básica é composta pelo tripé: a) salários justos e condizentes; b) planos de carreira que incentivem a permanência na função, e c) adequada formação profissional – inicial e continuada (BRASIL, 2014).

A valorização docente também é contemplada seguindo o mesmo entendimento no artigo 9º da Lei do FUNDEF, que por sua vez detalha que a valorização do professor está pautada nos seguintes critérios: “I - a remuneração

condigna dos professores do ensino fundamental público, em efetivo exercício no magistério; II - o estímulo ao trabalho em sala de aula e III – a melhoria da qualidade do ensino” (BRASIL, 1996).

Dourado (2016) citando também a Conae de 2014 afirma que a conferência apresentada um conceito amplo para avaliação de profissionais da educação. Ao contrário da visão de avaliação restritiva ou subsidiária do treinamento, o documento final da Conae define que a valorização dos profissionais da educação abrange a educação inicial e continuada, ocupação, salário e condições de trabalho. Para Dourado (2016), cabe destaque para a relação existente entre profissão, profissionalização e profissionalidade, conceitos que se articulam ao debate, quanto a política pública e a sua vinculação com a valorização do/a profissional:

Ele expressa, objetiva e/ou subjetivamente, o compromisso com a educação e, também, com o projeto de sociedade, não se limita às condições objetivas de trabalho, mas vincula-se à construção da identidade profissional, na sua dimensão intelectual, ética, política e cultural. (DOURADO, 2016, p. 3).

Conforme esclarece Gomes (2019), a compreensão do percurso histórico da legislação registra o desenvolvimento e a abrangência atual do termo valorização no campo das políticas educacionais. Dessa forma, a valorização do professor está imbuída de vários fatores, os principais pontos destacados pelas legislações é o tripé já citado, traduzidos na forma de condições de trabalho, carreira e salário. Todavia, existe ainda um outro fator que permeia todos esses pontos, que é o reconhecimento da importância desse profissional na sociedade, pois embora esse reconhecimento seja frequentemente visto no discurso social ele não se traduz em medidas específicas para a valorização do docente.

2.3 CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO E ECONÔMICO DO PERÍODO HISTÓRICO DE 2011 A 2016 E A LEGISLAÇÃO APROVADA QUE TRATA DA VALORIZAÇÃO DE PROFESSORES

Para uma análise mais aprofundada acerca da valorização do professor, cabe aqui um recorte histórico de 2011 a 2016 que se refere ao período de governo da presidente Dilma Rousseff e uma apreciação sobre o contexto sócio-político e

econômico deste momento. No período analisado a economia global passou por uma forte recessão mundial que afetou a economia nacional provocando inflação, altas taxas de desemprego e a queda do Produto Interno Bruto - PIB.

De acordo com Rodrigues (2021), para reverter a crise, em 2011, o governo aumentou os investimentos em infraestrutura do país, reduziu as taxas de juros e facilitou a obtenção de crédito para empresas e pessoas físicas. A autora acrescenta ainda, que durante o segundo mandato de Dilma, a situação econômica do Brasil piorou ainda mais, ademais a taxa de desemprego e a taxa de inflação aumentaram.

Um motivo relevante para este recorte temporal se justifica por ser em 2014 a aprovação do atual Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, que apresenta quatro metas sobre formação e valorização de professores, e que as metas 17 e 18 tratam especificamente da valorização dos professores, ou seja, têm-se em média quatro anos na vigência do PNE para serem investigados.

Stanguerlin (2014), explica que no campo da educação, a posição do governo Dilma Rousseff é que a qualidade da educação depende da formação continuada e de uma remuneração digna do professor. Dessa forma, ao analisar as políticas educacionais nesse período, Volsi (2016), destaca que:

Não é possível desvincular a educação da sociedade em que está inserida e analisá-la de forma isolada, uma vez que a educação é uma criação da sociedade e para a sociedade, respondendo, portanto, às necessidades e exigências de cada período histórico. (VOLSI, 2016, p.19).

A autora explica que no campo educacional, o governo Dilma deparou-se com um índice surpreendente de repetência no início de sua gestão, chegando ao patamar de 18,7%, um dos maiores índices em comparação aos países da América Latina e Caribe de acordo com o "Relatório Nacional 2010" publicado pela UNESCO. Volsi (2016), acrescenta ainda que “os dados divulgados pelos órgãos internacionais denunciavam que a almejada qualidade na educação ainda era algo a ser alcançado e que esta ainda não se enquadrava enquanto mecanismo de modernização do país” (VOLSI, 2016, p.175).

Sinteticamente, verificamos que:

[...] o primeiro mandato do Governo Dilma foi marcado pela expansão do ensino público brasileiro desde a pré-escola até a pós-graduação.

Nesse sentido, foram feitos investimentos que previam a construção de seis mil creches e pré-escolas e 10 mil quadras esportivas cobertas, estabelecendo, dessa forma, uma articulação entre as políticas públicas educacionais, de esporte e cultura. No que se refere ao ensino superior, houve um crescimento significativo de matrículas nas universidades federais e nas instituições privadas por meio do Reuni e do Prouni, a continuação da construção dos Institutos Federais que oferecem cursos técnicos de nível médio e subsequente, além da criação do Pronatec. (OLIVEIRA; SOUZA; PERUCCI, 2018, p. 16)

Para Silva (2019), as mudanças no governo Dilma Rousseff, tiveram impacto direto na educação brasileira ao desenvolver uma política de educação mais inclusiva no acesso e frequência à escola com o objetivo de priorizar camadas menos favorecidas da população. De forma direta, todas as políticas voltadas para a educação afetam a atuação do professor, pois a valorização do profissional de educação ocorre num campo subjetivo que é alterado de acordo com as políticas educacionais vigentes.

Durante o primeiro mandato do governo Dilma, as políticas que se destacaram no âmbito da valorização de professores da Educação Básica podem ser descritas pelo processo de tramitação e aprovação do PNE (2014-2024), pela instituição do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e pelo Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM). (VOLSI, 2016, p.175).

Em 2012 foi implantado o Plano Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). O eixo principal do Programa era a formação continuada do professor alfabetizador, com formação prevista para 2015 de aproximadamente 360 mil professores. Dessa forma, “no campo da formação de professores, houve um aumento na oferta de cursos e de ações voltadas para essa finalidade”. (OLIVEIRA; SOUZA; PERUCCI, 2018, p. 16).

O PNE, Lei nº 13.005/2014 passou a nortear a educação brasileira para dez anos seguintes à sua aprovação, objetivando implementar um projeto educacional que visasse à qualidade do ensino, melhorando os índices de leitura, reafirmando a governança democrática como padrão de gestão da educação, ademais retornou à questão da valorização do professor, que neste novo plano tem mais evidências porque vem acompanhado de outras metas relacionadas ao eixo da valorização dos profissionais da educação. (VOLSI, 2016).

O PNE (2014/2024) demonstra a posição central dos professores no desenvolvimento da política educacional na atualidade. Para Brito *et al* (2017), o PNE (2014/2024) é um passo importante para a integração dos programas de treinamento na esfera Federal com ações já desenvolvidas em Estados e municípios para promover condições de valorização dos trabalhadores da educação no sentido pleno da palavra.

Enquanto o PNE (BRASIL, 2014) aponta medidas promissoras de valorização do trabalhador da educação, como texto que compreende um conjunto de propósitos, sem ações concretas não garante o seu cumprimento. Para tanto, é necessário combinar vários fatores, entre os quais se destacam: a vontade política na perspectiva de gerar novas ações e fórmulas legislativas para ampliar a avaliação e o aprendizado almejado; maior investimento em educação; além de abrir cada vez mais oportunidades para que a comunidade escolar e o público em geral participem da formulação dos encaminhamentos necessários e do acompanhamento das atividades planejadas. (ENS *et al*, 2019).

Posteriormente foi aprovada a Resolução CNE/CP nº 2, de 2015, que estabeleceu as diretrizes nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do Magistério da Educação Básica (BRASIL, 2015). Dessa forma, ao estabelecer critérios para a formação dos professores, essa resolução foi importante para a valorização dos profissionais da educação, uma vez que a formação configura uma parte do tripé central da valorização do professor.

Assim, de acordo com Volsi (2016), as políticas de valorização de professores no Brasil referem-se a um processo em formação, com muito "ir e vir", envolvendo vários atores e muita divergência no jogo. Assim, a valorização do professor ainda é um tema recorrente e necessário, pois na prática a desvalorização ainda é muito sentida pelos profissionais da educação.

Desta forma, compreende-se que são muitos os fatores envolvidos na organização e funcionamento da educação no Brasil, ou seja, há ambiguidades, o cenário do professor, sua formação, plano de carreira, salário, profissionalização, formação continuada e valorização requerendo, portanto, situá-la em um contexto repleto de ideologias diversas, concepções culturais, políticas, econômicas e sociais. Todavia, percebe-se que mesmo com o desenvolvimento de políticas de valorização destinadas ao professor como o último Plano Nacional da Educação (PNE), ainda assim, não temos de fato a valorização desta profissão.

2.4 FATORES CULTURAIS, SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS QUE INFLUENCIARAM NA PRECARIZAÇÃO DA VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE.

Mesmo com a extensa lista de legislações que tratam da valorização do professor, há uma clara desconexão entre o discurso e como essa valorização acontece na prática. A questão que mobiliza nossa análise é: por quê? O argumento aqui é que a desvalorização é o resultado de um contexto histórico e social que permeia toda a educação. Assim, políticas públicas por si só não efetivam a valorização da profissão docente, uma vez que esse é um tema complexo e variável, ademais, questões que se desenvolveram junto com a sociedade capitalista estão presentes nesse processo de valorização.

Os professores são o terceiro subgrupo profissional mais numeroso no Brasil. Cerca de dois milhões de professores são empregados para atender 51 milhões de alunos do ensino fundamental, 80% dos quais trabalham no setor público. Não é de surpreender que, para se qualificar uma gama tão ampla de ocupações, os próprios processos de formação de professores desempenhem um papel importante no estímulo ao desenvolvimento da educação superior no Brasil. (BARRETO, 2015).

Isto posto, Fazenda (1995, p.40) descreve a profissão afirmando que:

O amanhã da profissão docente – um amanhã que organize o hoje – não está certamente numa visão idílica do papel da escola e dos professores, cuja ilusão não é mais possível nos dias de hoje (lembre-se, no entanto, que denunciar a ilusão não é renunciar a ter esperança). Os professores não são certamente os ‘salvadores do mundo’, mas também não são ‘meros agentes’, de uma ordem que os ultrapassa. Só através de uma reelaboração permanente de uma identidade profissional, os professores poderão definir estratégias de ação que não podem mudar tudo, mas que podem mudar alguma coisa. E esta alguma coisa não é coisa pouca.

Nosella e Buffa (2005, p. 15) afirmam que mesmo com a ciência da importância dos professores eles são “transformados sempre em vilões, incompetentes e culpados [...]”. Em suma, os profissionais da linha de frente do processo educativo real ocupam o último degrau na hierarquia do processo

educativo”. Para Nóvoa (1992), a identidade do professor é um lugar de lutas e conflitos, é um lugar de construção de modos de ser e estar na profissão.

Gatti *et al* (2011) enfatizam que repensar e reavaliar os professores é fundamental para superar a marginalização e a exclusão dentro e fora do sistema educacional e é um meio importante de fornecer às crianças e jovens conhecimentos significativos, capazes de reduzir as desvantagens sociais. Segundo Dourado (2016), a valorização dos educadores tem sido objeto de diversas interpretações propostas e lutas políticas permeadas por distintas concepções de valorização e sobre quem são os educadores.

Para Costa (2020), chegamos a um ponto em que ninguém mais quer ser professor. Sabe-se que a desvalorização moral e financeira do professor afetou inclusive o ensino em sala de aula. Por falta de motivação, muitos desses profissionais deixaram de dar aulas, buscando realização financeira e melhorando sua autoestima em outra profissão. Os professores que atuam na rede pública perceberam hoje (e essa também é uma percepção histórica) uma lacuna muito grande entre o discurso em que se enaltece o valor da educação na construção de uma sociedade melhor, e a desvalorização da prática. (SOUZA, L. 2011)

Augusto (2015, p. 538), esclarece que “[...] é interessante refletir sobre a relação entre os pressupostos básicos da qualidade, que depende de vários fatores, e a expectativa sobre o desempenho do professor/docente nesse processo”. Percebe-se que a lacuna de poder público evidenciada pelas secretarias de educação em suas diretrizes e normas que os professores não são concebidos de acordo com suas necessidades pessoais em condições humanas. (SOUZA, L. 2011).

Outra situação que se deve considerar é o que ocorre no interior da sala de aula, na dinâmica imediata da sala de aula, no qual o professor deve tomar decisões rápidas, o que requer estar em constante estado de pressão psíquica, e isso pode refletir na qualidade de seu ensino e nas relações com o alunado, nem sempre apoiado e calçado por uma equipe pedagógica competente. (SOUZA, L. 2011, p.5)

Para Libâneo *et al* (2003), a falta de compromisso do Estado na educação pública foi responsável pela piora dos salários dos educadores e ao mesmo tempo gerou péssimas condições de trabalho, desencadeando greves. Segundo Sacristán

(1995), outro fator que pode ter contribuído para a desvalorização do trabalho docente foi o fato de a consolidação da docência e a extensão das responsabilidades dos professores não ter tido suporte efetivo para o investimento material e a melhoria das condições de trabalho.

De acordo com Souza, L. (2011, p. 2), “muitos desses elementos são frutos de uma reconfiguração do mundo do trabalho, que não foi realizada a contento no que diz respeito a suprir as necessidades do professor, na mesma escala em que este é cobrado”. Pois segundo Kozlowski e Graupmann (2017), tornou-se prática comum impor ao educador a necessidade de cuidado inúmeras tarefas dentro e fora da sala de aula. Ao mesmo tempo, eles são os culpados por tudo que não funciona bem no sistema educacional.

O modelo salarial do professor exacerbou sua desvalorização social, pois o docente sente-se insatisfeito e frustrado por pertencer a uma profissão sem reconhecimento financeiro e social. Ademais, conforme Reis e Fonseca (2018), esclarecem, na atualidade, ocorre um considerável aumento nas imposições quanto ao trabalho do docente, conferindo-lhes uma quantidade de responsabilidades cada dia maior, dessa forma, parte da educação que ficava a cargo da família, foi repassado para a escola.

O papel social do professor não tem sido valorizado, perdurando um desgaste intensificado da sua imagem social. Além do que, os docentes representam uma classe com uma autoestima negativa, que produz desinteresse, fadiga e a escassez de confiança em si mesmo. Estas adversidades, confrontadas pelos docentes no decurso de sua carreira, falam mais alto, em se tratando do trabalho elaborado por eles e a valorização que almejam adquirir da sociedade, fazendo com que os docentes se sintam desiludidos e apáticos, consigo mesmos e com a educação, ao praticar suas atividades. (REIS; FONSECA, 2018, p. 44).

Dessa forma, segundo Soratto e Olivier-Hecekler (2007), os professores reclamam dos baixos salários e que a carreira docente foi desvalorizada devido às altas demandas funcionais. O fato é que as pessoas desejam reconhecimento e que seus esforços sejam valorizados. A recompensa pela conclusão do trabalho tem uma dimensão subjetiva por meio da consideração e do status público, bem como uma dimensão objetiva por meio do dinheiro e da expressão curricular. Ambos são a base dos colaboradores e, mesmo do ponto de vista emocional, afetam a autoestima, a realização profissional e a satisfação do professor.

Dessa forma, diante da desvalorização e das dificuldades, a educação se faz em meio à sociedade, e ser professor é um ato transformador. A ideia de compreender e entender a fundo sua futura profissão e as relações que permeiam a sociedade e a vida de cada profissional, de fato, é como o sentimento de abrir os olhos, tirar as vendas e fazer a diferença.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão de que a escola é uma instância social, nos remete a entender que se trata de uma organização para formação social e cultural do indivíduo, um constituinte ativo na participação do projeto de sociedade. Tratar-se de aspectos desta contemporaneidade que se insere a educação, faz compreender a necessidade e fundamento da trajetória na formação e trabalho do docente.

O tema valorização do professor não é recente, essa é uma luta que é travada pelos profissionais de educação em busca de melhores condições de trabalho e melhores salários. Nesse contexto, a valorização é embasada em três bases principais, salário, formação e plano de carreira. No entanto, a valorização da profissão docente é reflexo das políticas públicas, onde enfrentam problemas como a descontinuidade e mudanças nos ideais, conforme ocorre a mudança de governos.

É importante considerar aspectos históricos da valorização de professores no Brasil, pois são instituídos e instituidores de cultura educacional e para que se compreendam as atuais situações. Dessa forma, com essa pesquisa foi possível concluir que, embora a lista de legislações e políticas que tratam da valorização do professor seja extensa, na prática ela ainda não se faz tão efetiva quando o necessário.

No período analisado de 2011 a 2016, o PNE/2014 foi um marco importante, pois estabeleceu metas e objetivos para a valorização do professor, todavia, embora o discurso afirme que nesse período houve valorização dos profissionais da educação, na prática os objetivos não se concretizaram e as metas não foram cumpridas, comprovando mais uma vez a ineficiência das políticas de valorização do professor no Brasil.

Dessa forma, resta ainda um longo caminho a ser percorrido para que a valorização do professor ocorra de fato, e esse caminho perpassa por muitos aspectos, que vão desde políticas públicas à mudança de cultura, onde a sociedade de fato entenda a real importância do professor para o desenvolvimento do país. Essa luta pela valorização do professor na verdade é uma luta da sociedade, em busca de uma melhor educação para todos.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Maria Helena. **A valorização dos professores da Educação Básica e as políticas de responsabilização: o que há de novo no Plano Nacional da Educação?** Caderno Cedes, Campinas, SP, 2015.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **Plano Nacional de Educação e planejamento: A questão da qualidade da educação básica.** 2014. Revista Retratos da Escola, Brasília, DF, 2014, p. 265-280.

BARRETO, Elba Siqueira De Sá. **Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos.** Revista Brasileira de Educação, [S. l.], 2015.

BRASIL. **CNE/CP. Resolução CNE/CP n. 2/2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. MEC. Brasília, [2015]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 5 de outubro de 1988. [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 jan. 2009.

BRASIL. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação. DF: Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996b.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério. Publicada no DOU de 26.12.96. Brasília, DF, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9424compilado.htm. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.** Regulamenta a Alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Transitórias, para Instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica. Brasília, DF, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Brasília, DF, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996a.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRITO, Vera Lúcia Fernandes de. SILVA, Daniela Oliveira Vidal da. OLIVEIRA, Eliane Guimarães de. SOUSA, Erivan Coqueiro. NUNES, Cláudio Pinto. **Políticas de Valorização Docente da Educação Básica: Concepções e Desafios.** Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista, Bahia, 2017.

CARISSIMI, Aline Chalus Vernick. TROJAN, Rose Meri. **A valorização do professor no Brasil no contexto das tendências globais.** Jornal de Políticas Educacionais, [S. l.], 2011.

CONAE. **Fórum Nacional de Educação. Documento Final da CONAE 2014.** Brasília, 2014. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/resources/Documento_Final_Conae_2014.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021.

COSTA, Iraci Cunha Ferreira. **A desvalorização do professor.** Portal Educação. c2020. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/a-desvalorizacao-do-professor/35994>. Acesso em: 09 abr. 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Valorização dos profissionais da educação: Desafios para garantir conquistas da democracia.** Revista Retratos da Escola, Brasília, 2016.

ENS, Romilda Teodora. RIBAS, Marciele Stiegler. OLIVEIRA, José Luis de, TRINDADE, Rui. **Valorização do professor: prioridade política, tensão ou incerteza?** Cadernos de Pesquisa, [S. l.], 2019.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento.** Campinas, Papirus, 1995.

GATTI, B. A. *et al.* **A atratividade da carreira docente no Brasil.** Estudos e Pesquisas Educacionais, Fundação Victor Civita, São Paulo, 2010.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de S.; ANDRÉ, M. E. D. de A. **Política Docente no Brasil: um Estado da Arte.** Brasília, DF, UNESCO, 2011.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; DALMAZO Marli Eliza Afonso de André; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. **Professores do Brasil: novos cenários de formação.** Brasília, UNESCO, 2019.

GOMES, Ana Valeska Amaral. **Valorização Do Magistério: Princípios Legais e Limites Fiscais.** Consultoria Legislativa. Estudo Técnico. Agosto. [S. l.]. 2019.

HELLER, A. **O cotidiano e a História.** Paz e Terra. São Paulo. 2000.

KOZLOWSKI Lucyk, V. P.; GRAUPMANN, Hatschbach E. **A desvalorização do trabalho docente brasileiro: uma reflexão de seus aspectos históricos.** Humanas Sociais & Aplicadas. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.25242/887672020171145>. Acesso em: 21 abr. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2003.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. Introdução. *In:* JARDILINO, José Rubens Lima; NOSELLA, Paolo (org.). **Os professores não erram: ensaios de história e teoria sobre a profissão de mestre.** Terras do Sonhar, Pulsar. São Paulo. 2005.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente.** *In:* Nóvoa, A. (Coord.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, Breyner Ricardo; SOUZA, Waleska Medeiros de; PERUCCI, Leidelaine Sérgio. **Política de formação de professores nas últimas décadas no Brasil:** avanços, desafios, possibilidades e retrocessos. Roteiro, Joaçaba, Edição Especial, dezembro 2018. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/16491>. Acesso em: 19 abri. 2021.

REIS, Carolina Vieira Dos. FONSECA, Silvana Aparecida Sales Da. **A desvalorização dos professores no Brasil.** Faculdade Calafiori. São Sebastião do Paraíso. 2018.

RODRIGUES, Natália. **Governo de Dilma Rousseff.** Infoescola, navegando e aprendendo. c2021. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/governo-de-dilma-rousseff/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SCHEIBE, Leda. **Formação de professores no Brasil a herança histórica.** Revista Retratos da Escola, Brasília, 2008.

SACRISTÁN, Gimeno. **Consciência e Ação Sobre a Prática como Libertação Profissional dos Professores.** *In:* NÓVOA, António (Org.). Profissão professor. Portugal, Porto Editora, 1995.

SILVA, Ana Maria Clementino Jesus e. **As tensões e contradições das políticas educacionais brasileiras dos governos de Lula e Dilma Rousseff:** o Ideb e o Programa Mais Educação. 2019. Tese. (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação - Conhecimento e Inclusão Social. Faculdade de Educação Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais. 2019.

SILVA, Katia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. **Políticas de formação e valorização dos profissionais da educação e o Plano Nacional de Educação (2014-2024):** prescrições legais e contradições. Brasília, DF, 2015.

SOARES, Kátia Cristina Dambiski. **Trabalho Docente e Conhecimento.** Florianópolis. 2008.

SORATTO, I.; OLIVIER-HECKLER, C. **Trabalho:** atividade humana por excelência. *In:* CODO, W. (coord.). Educação: carinho e trabalho. Vozes. Petrópolis, RJ. 2002.

SOUZA, Luiz Aparecido Alves de. **Desvalorização social da profissão docente no cotidiano da escola pública no discurso do professor.** X Congresso Nacional de Educação, EDUCERE. I seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação, SIRSSE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba. 2011.

SOUZA, Marcelo Nogueira de. **Condições de trabalho e remuneração docente: o caso do professor temporário na rede estadual de ensino do Paraná.** 2011. Dissertação (mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação.

Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

STANGUERLIN, T. M. G. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: algumas considerações**. Curitiba, 2014.

VOLSI, Maria Eunice França. **As políticas de valorização de professores da educação básica no Brasil pós-Constituição Federal de 1988**. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Maringá. 2016.